

## **Renascimento da estirpe latina : a Itália fascista na América Latina**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carla Brandalise - UFRGS

Após a marcha sobre Roma, as perspectivas de uma maior expansão comercial e o desejo de exercer uma maior influência sobre os destinos político-culturais da América Latina tornaram-se um dos eixos de referência das relações exteriores do governo fascista italiana<sup>1</sup>. A expectativa de forçar uma nova posição mundial para a Itália, um dos objetivos, aliás, da tomada do poder, leva os dirigentes italianos a conjecturar a porção sul do continente americano como uma parcela do planeta ainda não totalmente saturada pela concorrência de outras potências. Afinal, a Inglaterra e a França, por exemplo, não haviam constituído impérios coloniais nesta zona, apesar da inegável preponderância econômica e cultural destas nações na região.

Outros países, entretanto, lançavam-se acirradamente na disputa, como os Estados Unidos. A expansão dos norte-americanos ao sul do Rio Grande, aliás, era bem observada pela Itália que não desconsiderava a irreversibilidade deste avanço. Acompanhava-se igualmente a progressão da Alemanha, a qual surgia aos olhos da Itália enquanto um exemplo de eficácia a ser seguido e, como conseqüência, um forte concorrente a ser contrabalanceado. Reagir rapidamente tornava-se imperioso. Ora, a 'nova Itália', reformulada por

Mussolini, estava destinada, na ambição de seus novos governantes, a ser no mundo moderno aquilo que o Império Romano fora no passado, uma grande civilização<sup>2</sup>.

Em meio à convicção da necessária redistribuição dos espaços de hegemonia e das esferas de poder internacional, coincide a decisão italiana de se engajar definitivamente nas vias da industrialização e da evolução técnica, o que pressupunha evidentemente a procura de novos mercados consumidores. Longe da perspectiva militar, as estratégias de inserção desenhadas para a porção sul-americana voltavam-se a um discurso pacífico e civilizatório. Compunham a promessa de iluminar um caminho para o progresso através da efetiva concordância política e do entendimento econômico desejável, únicas bases possíveis para uma aliança permanente. Como ponta de lança desta aproximação, a Itália escolhe fundamentalmente dois países : a Argentina, sobretudo, e o Brasil, em segundo plano. Não se renunciava, entretanto, no decurso desse empreendimento, a desencadear ações que almejavam a abordagem de vários países do continente, a exemplo do Uruguai, Peru e Chile.

Além da constatação de ser a América Latina ainda relativamente inexplorada, rica em matérias-primas tão necessárias a sua industrialização e dispondo de um mercado consumidor não negligenciável, a Itália pretendia enfim tomar em mãos o antigo projeto de valorizar os aspectos estratégicos que considerava possuir nesta porção do planeta. Aspectos estes que a diferenciariam das demais potências, quer dizer, a presença de um grande contingente de italianos emigrados e seus descendentes. Os mesmos deveriam exercer um papel histórico não apenas na medida em que assumiriam a posição de associados, representantes, consumidores, difusores, intermediários e símbolos da *Madre Patria*, mas também na medida em que atuariam como elo de ligação com as elites crioulas.

A partir desta perspectiva delibera-se que as relações com este continente deveriam ser reconstruídas sobre novos e potentes vínculos de cumplicidade, uma imaginada cidadania comum entre os pares de um mesmo mundo latino, envolvendo para tanto não somente os seus emigrados, mas o “povo” sul-americano. E, mais do que isto, na contraposição a uma cidadania anglo-saxônica em plena ascensão mundial. Como

metáfora, era preciso reunir estes vínculos sob o conceito de *romanità*, de *latinità*, quer dizer, da herança endógena e originária, partilhada sem excessão por todos os latinos dessa porção da América. Tocar a imaginação recuperando uma magnificiência romana ligada a um passado heróico, onde o continente americano teria sido, em seu devido momento histórico, um dos campos de seu exercício, com a participação de italianos desde o princípio. Afinal, era inegável, Cristovão Colombo fora o começo de tudo ; e o que dizer destes tantos italianos que lutaram pela independência do continente. Tecer um cenário de lendas, ao mesmo tempo épicas e visionárias, estóicas e inesquecíveis. Afora o pertencimento a uma mesma linhagem latina, romana, devia-se provar e sobretudo ver reconhecido o papel imprescindível e insubstituível do povo italiano na formação da América Latina. Esta expectativa de representação e prestígio, a qual correspondia sem dúvida a uma das premissas maiores da política exterior da Itália fascista, não se mostrava, no entanto, de fácil execução. Ao contrário, era preciso demonstrar esta realidade e convencer de uma só vez as elites crioulas, os italianos emigrados e seus descendentes, bem como a própria sociedade italiana da Península.

Uma das tarefas mais difíceis, e talvez o cerne do problema, seria ultrapassar os já arraigados julgamentos de valor negativos, baseados em fortes preconceitos mútuos. A nova orientação política da Itália sob o fascismo chocava-se com décadas de descaso governamental e de desinteresse da sociedade italiana com relação aos seus próprios emigrados. Fato pesadamente sentido por estes últimos na sua árdua luta de adaptação e sobrevivência em terras estranhas. Na Itália, em meio à opinião de ampla gama de setores sociais, os emigrados permaneciam considerados como pessoas inferiores e ignorantes. Tratava-se de indivíduos necessariamente descartáveis para o bem da Itália, partidos para um continente tão distante e desconhecido. O escritor italiano Ugo E. Imperatori admitirá essa concepção no começo de 1923, a propósito da política da Península de recuperação dos emigrados: “Não é uma tarefa fácil a de valorizar os italianos no estrangeiro: nós mesmos fomos muito tempo surdos ao fato de que, quando um povo deseja que outros povos prestem homenagem, honra e justiça a seu trabalho e a sua obra, ele deve antes de

mais nada se fazer o narrador e o divulgador de seus próprios méritos e de sua própria glória”<sup>3</sup>. Agravando este precedente desinteresse e descaso, a América Latina como um todo é julgada pelas elites italianas peninsulares enquanto um região politicamente instável, governada por políticos desonestos e primitivos. Lançava-se um real descrédito sobre o continente sul-americano. Este seria constituído por Repúblicas frágeis, inexperientes, sem nenhum verniz de civilização. Fato notório, deve-se sublinhar, será que a despeito dos esforços dos mais engajados, estas opiniões depreciativas não serão jamais superadas durante todo o período fascista, contribuindo em parte para que nem a inserção econômica, nem as influências políticas sejam consideradas pelos seus proponentes significativas ao final. O governo fascista, ao rumar para o seu colapso, conclui com decepção que os avanços feitos no continente, na Argentina, estiveram longe das expectativas otimistas iniciais. Pelo contrário, fala-se da vertiginosa assimilação dos emigrados em suas pátrias de adoção, do recuo visível da língua italiana, sobretudo entre os ‘compatriotas’ residentes em grandes centros urbanos, como Buenos Aires e São Paulo. E o pior : salvo exceções, considerava-se que este desenraizamento das massas emigradas italianas não havia sido acompanhado de uma real inserção socio-política na ‘nova sociedade’, em função sobretudo da própria rejeição advinda das camadas dominantes latino-americanas. É preciso ressaltar que, se de um lado, parcela importante da sociedade peninsular italiana resistia a compreensões positivas no que diz respeito à América Latina; de outro lado, as elites crioulas tendiam, por sua vez, a desprezar os contingentes emigrados italianos. A aparente surpresa dos fascistas italianos quanto ao assim visto fracasso final das tentativas de aproximação com os emigrados e, através desses, com as elites crioulas não coaduna, no entanto, com os relatos de diplomatas, viajantes ou de italianos interessados na questão. Ao longo de décadas, estes haviam alertado a propósito dos enormes obstáculos que anteporiam qualquer perspectiva de atuação da Itália no continente latino-americano.

Ainda em meados de 1911, durante sua estadia na América Latina, o escritor italiano Giuseppe Bevione chegara a seguinte conclusão: “ Os italianos poderiam e deveriam ser tudo o que eles assim desejassem na Argentina. Ao invés, o que acontece é que eles nada

significam como coletividade; e como indivíduos, eles aplicam toda a sua energia de trabalho em um ambiente de hostilidade surda, mas constante. Existe da parte dos argentinos, uma condescendência, um sentimento instintivo e incontido de superioridade. O desprezo, a injustiça freqüente e a real aversão a este elemento estrangeiro mais numeroso, mais dinâmico, mais forte, mais necessário ao destino da República não são sempre disfarçados<sup>4</sup>.” Ou ainda, o comentário do escritor Giuseppe Parisi escrito em seu livro *Storia degli italiani nell'Argentina* de 1907, “nossa colônia vive, cresce, prospera; ela é trabalhadora, rica e fecunda; mas ela não se sente considerada, estimada e respeitada pelos argentinos<sup>5</sup>.”

Observando, por sua vez, a realidade peruana por volta de 1923, o adido comercial italiano Giuseppe Mazzini sublinha a mesma fragilidade: “O sentimento de *italianità* em Lima é mantido e desenvolvido especialmente pelos primeiros emigrados, mas, para dizer a verdade, dada a facilidade com que os nossos se assimilam aos elementos locais e em razão da insuficiente transmissão a seus filhos do espírito de nacionalidade e de pátria, esses mesmos valores decrescem em meio aos descendentes diretos. Isto provoca graves danos não somente em termos morais, como também em perdas financeiras e comerciais, as quais deveriam ser sempre preservadas com os países de origem<sup>6</sup>.”

O ex-ministro do Reino italiano, Vittorio Emanuele Orlando mostra igual inquietude com a rápida perda do sentimento de ‘pátria’ junto aos italianos emigrados, em particular, no que diz respeito às novas gerações. Por ocasião da sua viagem ao Brasil no fim da década de 1920, a associação de jovens *Figli degli italiani* o havia convidado a uma visita à sua sede, durante a qual ele observara que a Constituição brasileira, ao considerar como cidadão toda criança nascida sobre o solo brasileiro, evitava aos filhos de italianos a confrontação do problema da definição da nacionalidade. Fato que se acompanhava de uma impressionante desobrigação, explicável segundo Emanuele Orlando, “não somente por causa da situação legal, mas em razão da paixão profunda de seus sentimentos pelo Brasil (...) mesmo que eles guardem no coração uma ressonância, digamos, de natureza estética, de suas origens italianas, eles se tornaram visceralmente estrangeiros ao espírito de nosso

país<sup>7</sup>.” No lugar de recriminações puras e simples ou lamentações inúteis, ponderava o ex-ministro, era preciso atuar sobre a única solução possível : dado que existe uma camada dominante entre os filhos de italianos, é a estes que devem ser direcionadas as ações para “reforçar o prestígio moral e a tradição de nossa cultura metropolitana<sup>8</sup>.”

Em suas memórias escritas em meados de 1955, o ex-embaixador italiano Raffaele Guariglia - lotado em Buenos Aires durante a época fascista – referenda e resume enfim a idéia segundo a qual os esforços empreendidos pelo então regime para recuperar a *italianità* e recriar uma maior identificação com a *Madre Patria*, enquanto passo para a construção de uma ‘cidadania latina universal’, revelara-se uma frustração : “(...)não esqueço, em relação ao tempo em que permaneci na Argentina, do esquecimento e da ingratidão de nossos emigrados para com a Itália. Nenhum outro país pode tanto se felicitar por vivenciar um tão completo processo de assimilação como a Argentina (...) seja por causa das facilidades que a língua oferece, já ricas em *italianismos*, seja pela tendência entre os emigrados a esconder o melhor possível a humildade de suas origens. Homens ocupando uma posição social elevada esqueceram a língua italiana...<sup>9</sup> .”

Em uma tal circunstância histórica, o governo fascista italiano em sua difusa intenção de promover uma comunhão de interesses com as elites latino-americanas, através entre outros subterfúgios da valorização dos imigrantes italianos, não se mostrou apto a avaliar a verdadeira dimensão dos entraves que deveria fazer frente. Fato este que revelava toda uma outra realidade. A despeito de seus inegáveis esforços iniciais, a Itália jamais chegou a se interessar realmente - e portanto jamais atingiu um grau de compreensão suficiente - pela realidade socio-política e econômica latino-americana a ponto de patrocinar uma verdadeira nova fase de relações internacionais entre a península e o continente.

NOTAS :

1. Entre as inúmeras fontes primárias consultadas, ver : *Editoriale in Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº4, abril 1926 ; TERNI, G. C. *Armonie Italo-Argentine: nodi sentimentali e vincoli economici in Le Vie d'Italia e dell' America Latina*, nº5, maio 1926 ; *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, nº4, abril 1926 ; LUIGI, Luigi. *Il Porto militare di Bahia Blanca : un capitolo di storia italo-argentina in Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, janeiro 1924, nº 1 ; FRANZONI, Ausonio. *Solidarietà italo-argentine in Colombo*, fasc.I, junho 1926 ; FRANZONI, A. *Appunti sul programma della Sezione B del IV Congresso Geografico Italiano in L'Esplorazione commerciale*, a.XVI, fasc.III,

15 fev. 1901 ; BRUNIALTI, Attilio. *Le colonie degli italiani*. Torino: Utet, 1897; *Giornale degli economisti*, 15 fev. 1886. p.4; BOCCARDO, Girolamo. *Dizionario universale di economia politica e commercio*. Milano: Treves, 1881; EINAUDI, Luigi. *Il principe mercante. Studio sulla espansione coloniale italiana*. Torino: Fratelli Bocca, 1890; CORRADINI, Enrico. *L'emigrazione italiana nel Sud America in Nazionalismo italiano*. Milano: Treves, 1914.

2. A bibliografia sobre a política internacional da Itália sob o fascismo é vasta, ver entre outros: RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales: de 1871 à 1945*. Tomo III. Paris : Hachette, 1994 ; GERBET, Pierre. *Le rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*. Paris: Imprimerie Nacional, 1996; MIÈGE, J.L. *L'Impérialisme colonial italien de 1870 à nos jours*. Paris: S.E.D.E.S, 1968 ; ROCHAT, Giorgio. *Guerre italiane in Libia e in Etiopia*. Treviso : Pagus, 1991 ; ISNENGUI, Mario. *Il sogno africano* in Angelo Del Boca (a cura di). *Le guerre coloniali del fascismo*. Roma-Bari : Laterza, 1991; BAER, George W. *La guerre italo-etiopica e la crisi dell'équilibre europeo*. Bari: Laterza, 1970 ; PROCACCI, Giuliano. *Il Socialismo internazionale e la guerra d'Etiopia*. Roma : Riuniti, 1978; PROCACCI, G. *Dalla parte dell'Etiopia*. Milano : Franco Angeli, 1984.

3. IMPERATORI, Ugo E. *Gli italiani nell'avvenire dell' America Latina* in *Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº 1, janeiro 1923. p. 52.

4. BEVIONE, Giuseppe. *L'Argentina*. Torino: Bocca, 1911. p. 137.

5. PARISI, Giuseppe. *Storia degli italiani nell'Argentina*. Roma, 1907. p. 618.

6. MAZZINI, Giuseppe. *Il Perù economico* in *Emigrazione e Lavoro*, anno VII, nº7, julho 1923. p.12

7. Citado por BIANCO, Francesco. *Il Legame spirituale tra l'Italie e il Brasile* in *Emigrazione e Lavoro*, nº7, VI, julho 1922. p.7.

8. *Id.Ib.*, p.8.

9. GUARIGLIA, Raffaele. *La diplomatie difficile : mémoires, 1922-1946*. Paris : Plon, 1955. pp.71-72.